

PAINEL VI

“A INFORMAÇÃO E A INFORMÁTICA
NA CONSTITUINTE”

Expositora: Dr^ª MARIA ELISA NOGUEIRA LODDO

— Diretora da Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (*Lourival Zagonel dos Santos*) — Concedo a palavra à Dr^a Maria Elisa Nogueira Loddo, Diretora da Biblioteca do Senado Federal.

A SR^a MARIA ELISA NOGUEIRA LODDO — Ilm^o Dr. Lourival Zagonel dos Santos, Presidente da ANDAL, a quem agradeço pela oportunidade da participação da Biblioteca neste importante evento; Exm^{os} Srs. Deputados, prezados colegas, o ano de 1826 pode ser considerado como o do nascimento da Biblioteca do Senado. De fato, o Visconde de Abaeté, em indicação de 18 de maio de 1826, propôs que se nomeasse uma comissão para apresentar o catálogo de livros que deveriam compor a Livraria do Senado, como foi chamada inicialmente. Essa indicação foi aprovada, apesar de combatida pelo Marquês de Maricá, que alegou ser a despesa enorme e desnecessária visto os Srs. Senadores terem os seus próprios livros, devendo, portanto, consultá-los em casa. A posição do Marquês de Maricá é compreensível, pois, como observou o bibliotecário Villa Lobos, na introdução do primeiro catálogo da Biblioteca do Senado, publicado em 1898, outrora os Senadores, venerandos servidores do Estado e eminentes brasileiros que, na carreira de letras e ciências humanas, haviam por seus esforços conquistado aquela posição, possuíam regulares livrarias que os auxiliavam em suas profissões. E também com o sistema centralizador da Monarquia viviam sempre na Corte cercados de seus instrumentos de trabalho, os livros. Passados setenta anos da indicação do Visconde de Abaeté, o então Presidente do Senado, Dr. Manoel Vitorino Pereira, deu um grande impulso para o desenvolvimento da biblioteca e, no seu relatório de 1896, afirmava que seria supérfluo pôr em evidência os serviços que pode prestar a biblioteca. Ainda em começo, como ela está, não foi pequeno o seu concurso para o brilho e erudição com que se discutiram algumas questões inteiramente novas no Direito Constitucional brasileiro, como o da anistia e da interpretação ou regulamentação do art. 6^o da Constituição Federal. Essa importância atribuída à biblioteca foi também explicada pelo bibliotecário Villa Lobos na obra citada anteriormente. Na nova forma de governo, com o golpe profundo que sofreu aquela instituição, resultou o ressurgimento de uma nova plêiade de representantes de todas as classes da população que, dotando o País de uma Constituição moderna e adiantada, tinham a necessidade de aprimorarem suas discussões e abrilhantarem todas as questões escudadas nas opiniões dos mestres de Direito Constitucional hodierno.

Portanto, a fundação da Biblioteca do Senado Federal, organizada como se acha, impõe-se como uma das necessidades mais imprescindíveis da atualidade e de cujos benéficos resultados ressentir-se-á toda República brasileira. A Biblioteca se tornou ainda mais necessária com a mudança para Brasília. Os Senadores ficaram mais longe de suas próprias coleções de livros e a Biblioteca do Senado, como as dos demais órgãos públicos, começou a ser procurada por pesquisadores e estudiosos pertencentes a todos os segmentos da sociedade estranhos à Casa, em consequência da falta de uma biblioteca pública. Essa necessidade serviu de impulso para o seu crescimento e para a busca de novos recursos que facilitassem o atendimento aos seus usuários.

Atualmente a Biblioteca conta com cerca de cento e quarenta e sete mil volumes, correspondentes a cinquenta e cinco mil títulos de monografias e três mil títulos de periódicos. Possui um acervo bastante geral, se bem que mais especializado em Direito, Economia e Ciência Política. É também depositária das publicações da Unesco. O acervo da Biblioteca compreende monografias, publicações periódicas, mapas, material audiovisual e uma coleção de recortes de jornais sobre os principais assuntos de interesse social e político iniciado em 1972.

Além de microfimes de jornais atuais e antigos, a Biblioteca recebe as seguintes coleções e microfichas. “Informações Básicas Sobre os Municípios Brasileiros”, do IBGE, *Daily Congressional Record* e *National Union Catalog*, do Congresso dos Estados Unidos. Para o atendimento aos usuários a Biblioteca possui um bem aparelhado serviço de referência, onde o leitor encontra bibliotecários que o orientam em suas pesquisas. A Seção de Referência dispõe de seis terminais de vídeo e três impressoras para o empréstimo automatizado e para a recuperação da informação contida nos diversos bancos de dados do Sistema de Informações do Congresso, Sicon.

A Subsecretaria de Biblioteca, utilizando os recursos técnicos e computacionais do Prodasen, vem desde 1972, concentrando esforços no sentido de colocar à disposição da comunidade e dos servidores da Casa, de forma prática e rápida, o seu acervo bibliográfico. Tal iniciativa deu início ao desenvolvimento e implantação de um sistema que cadastrasse referências bibliográficas em bancos de dados específicos, estruturados segundo uma lógica computacional própria e que, por suas características, tornassem fácil e rápido o acesso às informações disponíveis. Nos últimos anos esses bancos de dados passaram a ser alimentados de forma descentralizada por uma rede de bibliotecas. Atualmente, as bibliotecas dos seguintes órgãos participam dessa rede em regime cooperativo: Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho, Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério das Minas e Energia, Estado-Maior da Armada, do Ministério da Marinha, Governo do Distrito Federal, Codeplan e Prodasen. Esse trabalho cooperativo tem sido extremamente útil. A possibilidade de recuperar no terminal as informações sobre as coleções de outras bibliotecas

facilita o empréstimo entre bibliotecas e o fornecimento de cópias xerox de artigos de periódicos, verbetes de enciclopédias e capítulos de livros. Tem havido uma grande colaboração por parte das bibliotecas da rede no intercâmbio de informações, sobretudo entre as bibliotecas com acervos afins como as do Supremo Tribunal Federal, Ministério da Justiça e Câmara dos Deputados. Particularmente, esta última também está envolvida no apoio à Assembléia Nacional Constituinte. As duas bibliotecas do Congresso têm um ramal telefônico direto que agilizam os contatos.

São os seguintes os bancos de dados alimentados pelas bibliotecas da rede: BIBR, contendo referências bibliográficas relativas a livros e folhetos, atualmente com cento e vinte e nove mil informações; PERI, contendo referências bibliográficas relativas a títulos e a artigos de periódicos, atualmente com cento e dezenove mil informações; BIP, resultado da união das estruturas dos bancos de dados BIBR e PERI, possibilita a recuperação das informações contidas nesses dois bancos de dados sem que se tenha que recorrer à montagem de duas consultas, uma para cada banco. O JORNE — já foi explicado pelo Dr. Marcus Vinícius — foi criado em 1986 com a finalidade específica de indexar matérias de interesse da Assembléia Nacional Constituinte publicadas nos seguintes jornais: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília* e *Jornal da Constituinte*, conta atualmente com dezenove mil e novecentos documentos. Esse banco de dados tem contribuído muito para auxiliar o trabalho dos pesquisadores e servirá como importante fonte para a história da Assembléia Nacional Constituinte. VCBS: fonte básica da linguagem documental desenvolvida para a indexação dos bancos de dados BIBR, PERI, BIP e JORNE. O UTR é constituído de documentos que visam à padronização dos nomes dos autores. Esse banco de dados ainda está sendo desenvolvido. Todos esses bancos de dados estão integrados ao Sistema de Informação do Congresso, Sicon, e através da rede de terminais do Prodasen, todos os seus usuários podem ter acesso a eles.

Como os demais órgãos do Senado Federal, a Biblioteca preocupou-se em direcionar todas as suas atividades no sentido de se capacitar para atender às necessidades de informações dos congressistas e seus assessores, visando à instalação da Assembléia Nacional Constituinte. A expectativa dessa demanda orientou a política de aquisição, que selecionou e adquiriu obras nacionais e estrangeiras de Direito Constitucional, Ciências Políticas, Direito Comparado e assuntos correlatos.

Outra providência tomada foi a criação do banco de dados Jorne, cuja importância já acentuamos. Procurou-se indexar todos os artigos de periódicos considerados importantes para os pesquisadores na elaboração da nova Constituição.

Sensível ao interesse popular pela nova Constituinte, a Biblioteca promoveu, com a cooperação da Biblioteca do Ministério da Justiça, uma exposição

sobre “Constituição e Constituinte”, fazendo uma retrospectiva sobre a história constitucional do País e principais fatos relativos às Assembléias Constituintes anteriores. Para auxiliar a indexação dos documentos formais e informais relativos à nova Constituição, a Subsecretaria de Biblioteca, a Subsecretaria de Análise, o Prodasen e a Fundação Casa de Ruy Barbosa desenvolveram bancos de dados TDIC, Macrothesaurus de Direito Constitucional brasileiro. O Macrothesaurus foi publicado em forma de livro pela Subsecretaria de Biblioteca.

Na primeira fase da Constituinte, quando estavam em funcionamento as subcomissões e as comissões temáticas a Biblioteca foi muito procurada para pesquisas. Os consulentes requeriam subsídios e informações em grande volume. Os pedidos de pesquisa eram sobre os mais variados assuntos e dos mais diversos pontos de vista. Logo de início, a Seção de Referência, que lida diretamente com os usuários, já dispunha de elementos para avaliar as necessidades dos pesquisadores, podendo traçar um perfil da natureza dessas pesquisas que, em sua grande maioria, envolviam levantamento de legislação estrangeira e Direito Comparado. As pesquisas recaíam sobre como determinado assunto era tratado nas Constituições dos demais países e quais as semelhanças e diferenciações para com o nosso sistema. Como muitas vezes os assuntos solicitados não eram tratados em Constituições e, sim, na legislação ordinária, os bibliotecários foram muito exigidos na sua criatividade e capacidade intelectual.

Para exemplificar, citaremos algumas dessas pesquisas: “Como é a concessão de canais de televisão em vários países?” “Quando se atinge a maioria, a capacidade penal e a emancipação nos principais países”, “os países contra e a favor da pena de morte”, e assim por diante.

A terminologia jurídica moderna como *habeas data*, mandado de injunção etc. também exigiu dos bibliotecários pesquisas cuidadosas na busca de seus equivalentes na legislação de diversos países.

Encerrados os trabalhos das subcomissões e das comissões temáticas e estando em atividade somente a Comissão de Sistematização, houve uma mudança na forma de utilização da Biblioteca. Pesquisas sobre os temas mais polêmicos continuam sendo solicitadas, mas em volume menor. A Biblioteca tem sido muito utilizada por Senadores, Deputados e assessores como espaço para reuniões e debates. Alguns grupos trabalham continuamente na Biblioteca. As necessidades de informação desses grupos foram diferentes das necessidades iniciais da Constituinte. Enquanto estas eram pesquisas rápidas e consultas a obra de referência ou de Direito Constitucional, aquelas exigiam maior aprofundamento. Paralelamente à demanda dos Constituintes e de seus assessores, tivemos outra muito grande por parte da comunidade em geral. A participação popular nesta Constituinte tem sido intensa, todos queremos informações sobre a história constitucional, sobre o que é uma Constituinte, como funciona, o que significa para o Brasil etc. Nada mais natural que

procurar as Bibliotecas do Congresso. Conseqüentemente, a Biblioteca do Senado foi amplamente utilizada pela comunidade do Distrito Federal e de outros Estados — estes, através de correspondência e comunicação telefônica.

Os usuários externos aumentaram, portanto, em grande proporção e tivemos que nos estruturar para atender a tal demanda. A Biblioteca contou, para o atendimento aos usuários, com os esforços dispendidos pelos demais órgãos do Senado Federal. As excelentes publicações da Subsecretaria de Edições Técnicas, sobretudo sobre Constituições do Brasil e Constituições estrangeiras, foram constantemente utilizadas em nossas pesquisas. “Regimentos das Assembléias Nacionais Constituintes,” “Assembléias Constituintes Brasileiras” e todas as edições dos dados biográficos dos Senadores, publicados pela Subsecretaria de Arquivo, forneceram subsídios preciosos aos nossos usuários.

Devemos mencionar, ainda, as seguintes publicações, de grande importância para nossos trabalhos: “Catálogo Biográfico dos Senadores de 1826 a 1986”, coordenado por Leonardo Leite Motta, e “Membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987”, editado pela Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados.

As facilidades proporcionadas pelo acesso aos diversos bancos de dados do Sistema de Informações do Congresso contribuíram para a qualidade e eficiência de nossas pesquisas, agilizando-as. Não podemos, no entanto, deixar de mencionar que, com toda a tecnologia disponível, sentimos que o desempenho da Biblioteca em muito se deveu aos seus recursos humanos. A técnica não prescindiu do trabalho intelectual e da criatividade do profissional na busca de soluções. O usuário precisava informar-se, com segurança e precisão, sobre quais os artigos dos códigos ou das Constituições nacionais ou estrangeiras que tratavam de determinado assunto. Os artigos recuperados ou comentários em livro de Direito Comparado, nem sempre citavam a legislação, o que obrigava o bibliotecário de referência a consultar os códigos e outras fontes de legislação estrangeira, num trabalho minucioso de leitura e busca de informações. Estamos conscientes de que há, ainda, muito por fazer.

Promulgada a nova Constituição, daremos início à elaboração de bibliografias, com o objetivo de preservar a memória do desenvolvimento da Assembléia Nacional Constituinte e de divulgar os seus trabalhos.

Para finalizar, gostaria de expressar minha esperança de que esta breve alocação tenha contribuído para melhor conscientização da importância das bibliotecas parlamentares na preparação das leis. Gostaria também de sugerir que os representantes estaduais levassem para suas bibliotecas informações aos leitores, que se encontram sobre a mesa da entrada, para que saibam de que modo usufruir os nossos serviços. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (*Lourival Zagonel dos Santos*) — Antes de dar início aos debates e abrir espaço a algum colegas ou Parlamentar que queira fazer pergunta aos conferencistas, quero prestar uma homenagem a todos

esses profissionais da Câmara e do Senado, que nos auxiliaram na execução deste trabalho. Foi um enorme desafio assumir a Diretoria do Senado por dois anos, não só pela complexidade da instituição, conforme diz o Prof. Abdo Baaklini, como também pela grande responsabilidade que recai nos ombros de um diretor, isto é, conduzir e gerenciar essa complexidade, tornando-a racional para efeito de tomada de decisões políticas. Graças à excelente equipe que encontrei no Senado, e que ali permanece, tivemos dois anos de profícuo e excelente resultado, antecedendo os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

A todos esses diretores, as homenagens deste colega que viveu e ainda vive de perto este trabalho.

Está aberto o tempo para debate. Se alguém pretende fazer pergunta aos conferencistas, por favor, queira designar o nome. (Pausa.)

Em nome do Presidente da UPI, que se encontra em reunião com os Presidentes das Assembléias Legislativas, e em nome da ANDAL, agradeço a todos a presença, informando que amanhã, às nove horas, teremos o painel “Sistema de Governo e Federação”, contaremos com a presença dos Constituintes José Richa, Marco Maciel, Egídio Ferreira Lima e Maurício Corrêa.

Permito-me ainda fazer uma pequena confidência como participante do grupo que organizou este Seminário. Imaginávamos que este painel poderia trazer uma série de debates em torno do sistema parlamentarista no Brasil. Mas a decisão da Constituinte foi pelo presidencialismo, a qual nos cabe evidentemente acatar. Teremos como expositores deste Painel o Senador José Richa, ex-Prefeito, ex-Governador de Estado, ex-Deputado Federal e duas vezes o Senador; o Senador Marco Maciel, ex-Deputado Federal, ex-Governador de Estado e ex-Ministro de Estado; o Deputado Egídio Ferreira Lima e o Senador Maurício Corrêa, num debate amplo sobre o federalismo, que a todos deve interessar.

Em seguida, teremos o painel: “Prerrogativas e Limites dos Estados-membros na nova Constituição”, que é extremamente voltado para os interesses das Assembléias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais.

Posteriormente, durante o almoço, teremos uma conferência do Desembargador Osny Duarte Pereira, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e Consultor da Universidade de Brasília.

Finalmente, na parte da tarde, uma mesa-redonda incluindo a UPI, a ANDAL e as Assembléias Legislativas, quando teremos a oportunidade de debater mecanismos à disposição das Assembléias Legislativas Estaduais para a realização das suas atividades.

Agradeço todo o apoio que tenho recebido da comissão organizadora deste seminário composta por servidores do Senado Federal, da Câmara dos

Deputados, da Gráfica e do PRODASEN. Espero que V. Ex^{as} tenham uma feliz noite em Brasília e até amanhã, pela manhã, se Deus quiser. (Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente sessão, convocando outra para amanhã, às 9h. Está encerrada a sessão.